

discussões, em face do Precedente Jurisprudencial da SDI do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

DA TUTELA ANTECIPADORA NA AÇÃO RESCISÓRIA

Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega (*)

Registre-se em primeiro lugar que a ação rescisória somente alcança sentenças transitadas em julgado.

Partindo desta premissa, cumpre-nos indagar se é possível realizar a possível realizar a antecipação da tutela em face da coisa julgada material.

Trabalhos existem eliminando a possibilidade de tutela antecipatória em ação rescisória, abordando os aspectos em torno da validade da preeminência jurídica e axiológica sobre a coisa julgada.

No entender da autora deste trabalho dentre muitos, merecem destaque os ensinamentos do grande conferencista Manoel Antônio Teixeira Filho e do jurista Sebastião Machado Filho.

Em sede de rescisória não se justifica o adiantamento da tutela posto que já existe um provimento da jurisdição contrário aos interesses do autor, proclamando a inexistência do direito material por ele pretendido, o qual, além de tudo, já se submeteu ao fenômeno jurídico da coisa julgada material.

Para Sebastião Machado Filho, não pode a decisão antecipada substituir uma outra transitada em julgado, que tem eficácia executória definitiva, em razão do princípio de que o definitivo não pode ser preterido pelo provisório.

A antecipação da rescisão com novo julgamento daria - em juízo rescindens - apenas efeito provisório à rescisão da coisa julgada rescindenda, donde não ter o condão de prevalecer sobre a vigência e a validade desta última; e - em juízo rescisorium - eficácia executória emprestada, sendo também provisória, não pode impedir o prosseguimento da execução da coisa julgada, esta de eficácia executória definitiva". (Sebastião Machado Filho, Revista LTr 60 - 02 - Antecipação da Tutela e Ação Rescisória, 1996, p. 158).

(*) Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega é Juíza do Trabalho Presidente da 3ª J.C.J. de João Pessoa (PB) - TRT/13ª Região

Na verdade, é difícil deixar de compreender a incompatibilidade entre rescisória e antecipação, eis que o julgador certamente não se sentiria confortável para autorizar o ato antecipador, supedaneando sua convicção em mera verossimilhança mesmo acompanhada de prova inequívoca, em face de uma certeza jurídica, da força da coisa julgada.

Para Reis Friede, fazendo citação de Watanabe Kazui (Comentários à Reforma do CPC Ed. Forense Univ., Rio, 1995, p. 183):

"a exigência de prova inequívoca significa que a mera aparência não basta e que a verossimilhança exigida é mais do que o fumus boni iuris exigido para a tutela cautelar".

Inobstante o gosto do homem pela inovações cumpre-nos alertar para o perigo de posições para demais liberais a ponto de comprometer o respeito à *res iudicata* e conseqüentemente, o poder judiciário.

Por isso mesmo, vale ressaltar a posição de Dinamarco (Ob. cit, pp 146 e 147) ao asseverar que "É difícil conciliar o caráter satisfativo da antecipação e a norma que condiciona à reversibilidade dos efeitos do ato concessivo (art. 273, §º). Aqui não se trata da irreversibilidade do provimento cuja situação poderá se reverter a qualquer momento. As discussões se acaloram quando se parte análise dos efeitos já produzidos os quais nem sempre poderão ser eliminados do mundo dos fatos e das relações entre as pessoas.

Seria bastante complicada a concessão de antecipação de tutela na rescisória, posto que corresponderia a uma execução menos que provisória, prejudicar o prosseguimento de execução de sentença nos moldes previstos no art. 489, do CPC baseada na certeza e na veracidade da coisa julgada. A coisa julgada, enquanto não rescindida através de sentença definitiva nos autos da ação rescisória, não pode se submeter à perda de sua eficácia executória definitiva via antecipação de tutela, de caráter meramente provisório. É evidente que o provisório não pode se sobrepor ao definitivo, o que descarta a possibilidade de eficácia executória provisória para substituir a *res iudicata rescindenda*.

Em suma, nos patamares atuais e dentro das lições dos mestres, no contexto deste avanço jurídico, tem-se que a antecipação da tutela é inadmissível tal como agora concedida na rescisória, eis que impossível a autorização de processo executório precário contra a certeza da coisa julgada consubstanciada através de execução definitiva.